

IVC - INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

NORMAS TÉCNICAS

ÍNDICE

CAPÍTULO 1: Admissões de Publicações no IVC -----	pág. 3
CAPÍTULO 2: Das Condições de Admissão -----	pág. 4
CAPÍTULO 3: Da Circulação Paga -----	pág. 5
CAPÍTULO 4: Da Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido -----	pág. 7
CAPÍTULO 5: Da Circulação Controlada de Conteúdo Variado -----	pág. 8
CAPÍTULO 6: Das Circulações Mistas -----	pág. 9
CAPÍTULO 7: Dos Suplementos -----	pág. 9
CAPÍTULO 8: Das Publicações Eletrônicas -----	pág. 9
CAPÍTULO 9: Das Publicações em CD Rom -----	pág. 9
CAPÍTULO 10: Das Edições Digitais -----	pág. 10
CAPÍTULO 11: IJE – Informação Jurada do Editor -----	pág. 11
CAPÍTULO 12: Auditorias -----	pág. 12
CAPÍTULO 13: Registros da Circulação -----	pág. 13
CAPÍTULO 14: Distribuição da Circulação - R.A. -----	pág. 15
CAPÍTULO 15: Divulgação -----	pág. 16
CAPÍTULO 16: Descumprimento e Sanções -----	pág. 18
CAPÍTULO 17: Disposições Gerais -----	pág. 19

CAPÍTULO 1: Admissões de Publicações no IVC

Art. 1º – Publicações impressas poderão ser admitidas no IVC a partir de sua primeira edição, inclusive, desde que, simultaneamente:

- a** - Sejam editadas no mínimo uma vez por ano e tenham periodicidade regular.
 - b** - Aceitem comercialização de espaços publicitários, mediante tabela de preços pública.
 - c** - Possam ser classificadas numa das categorias de Circulação, descritas no **Art. 15 dos Estatutos Sociais**.
 - d** - Atendam e cumpram às condições estabelecidas nestas Normas Técnicas, de acordo com os artigos pertinentes à sua classificação.
- § 1º - Toda publicação impressa só poderá requerer e se filiar em uma única categoria.
- § 2º - O filiado editor poderá solicitar a mudança de categoria de sua publicação, desde que se enquadre nas normas da outra categoria pleiteada.
- § 3º - Ocorrendo a hipótese prevista no **§ 2º deste artigo**, o IVC analisará a viabilidade e adequação de tal pedido, de acordo com as condições estabelecidas nestas Normas Técnicas, cabendo a aprovação final dessa decisão à Diretoria Executiva do IVC.

Art. 2º - Tendo uma publicação mais de uma edição, seja com o mesmo título, seja com título diferente (por exemplo: matutina e vespertina; local e regional; local e nacional), o Diretor Geral submeterá à Diretoria Executiva um parecer indicando se as diversas edições deverão ser consideradas uma única ou várias publicações, de forma que se avalie e aprove o procedimento mais adequado.

Art. 3º - Quando uma publicação, além de sua edição principal, tiver uma ou mais edições simultâneas, sem que haja superposição entre as respectivas circulações, o IVC poderá considerar a circulação total, devendo consignar nos seus relatórios as observações necessárias.

Art. 4º - Uma publicação sem periodicidade definida poderá ser admitida no IVC, extraordinariamente, se:

- a** - O editor da publicação for filiado ao IVC com pelo menos uma publicação de periodicidade regular e esta tenha passado por duas auditorias ordinárias, no mínimo.
- b** - Tiver o mesmo tipo de circulação da publicação regular admitida no IVC.
- c** - For editada pelo menos uma vez por ano, mesmo com diferente título.
- d** - O editor não tiver publicação regular com o mesmo título sem estar admitida no IVC.
- e** - Havendo publicação regular com o mesmo título, esta assumirá a titularidade da publicação admitida extraordinariamente. Não havendo, o editor indicará, a publicação filiada, que assumirá a titularidade da extraordinária, nos casos de infringência aos Estatutos Sociais, Normas Técnicas e Regulamentos do IVC.

Art. 5º - Uma publicação editada no exterior, de qualquer gênero, programada normalmente por anunciantes nacionais e com distribuição total ou parcial no território brasileiro, poderá ser admitida no IVC, de acordo com as seguintes condições:

- a** - O editor de tal publicação deverá estar legalmente representado no País, cabendo a seus representantes direitos e obrigações, solidariamente com a matriz ou representada no exterior, com respeito aos Estatutos e às Normas Técnicas do IVC. A filiação, porém, caberá sempre ao editor estrangeiro.
- b** - Aplicar-se-ão ao editor estrangeiro, para o reparte distribuído no território nacional, as mesmas Normas Técnicas previstas para os editores nacionais, sendo indispensável porém a verificação física de cada edição, na chegada dos exemplares do exterior, pela impossibilidade de controlar os elementos industriais ligados à confecção material desse tipo de publicação.

CAPÍTULO 2: Das Condições de Admissão

Art. 6º - São condições gerais para admissão de publicações: Que a empresa possua e mantenha atualizados os registros contábeis, considerados indispensáveis às comprovações dos documentos mencionados no **Art. 65**. Estes registros serão uniformes para cada tipo de publicação, no que se refere a:

- a** - Matéria-prima: aquisição de papel, em bobinas ou em resmas; comprovação de impressão (notas fiscais, faturas e liquidação de duplicatas); consumo e estoque (quantidade e valores).
- b** - Faturas de impressão, no caso de publicações que não possuam oficinas próprias.
- c** - Venda: discriminando faturamento e comprovações de recebimentos para venda avulsa na cidade-sede, cidades adjacentes, interior do Estado, outros Estados; e detalhando licença, faturamento de câmbio e contas correntes para venda avulsa – exportação.
- d** - Assinaturas recebidas: detalhando as quantidades por cidade-sede, cidades adjacentes, interior do Estado, outros Estados e exterior.
- e** - Material sem utilidade: vendas de aparas, avarias, sabugos, capas, papel sujo, encalhes, etc. (recebidas ou debitadas).
- f** - Despesas de vendas: comissões, descontos ou prêmios sobre venda avulsa e assinaturas pagas ou creditadas a agentes, corretores ou distribuidores.
- g** - Despesas de distribuição e expedição: entregas domiciliares, frota de distribuição, conhecimentos e faturas de transporte aéreo, rodoviário ou marítimo, guias de franquia postal (pagas ou creditadas).
- h** - Exemplares encalhados ou extraviados: venda avulsa e assinaturas - cidade-sede - cidades adjacentes - interior do Estado - demais Estados e exterior (pagas ou creditadas).
- i** - Casa do Pequeno Jornaleiro: contribuição e recolhimento sobre as vendas no Rio de Janeiro.
- j** - Livro Diário Geral, indispensável à comprovação dos registros contábeis.

Art. 7º - O processo para admissão de uma publicação obedecerá às seguintes normas :

- a** - O editor enviará o seu pedido de filiação para o escritório do IVC, contendo os dados de sua publicação, mediante o preenchimento de formulário apropriado, fornecido pelo IVC.
- b** - A filiação do editor se consuma com a aprovação da admissão da publicação pela Diretoria Executiva e após a conclusão e divulgação da Auditoria Prévia. Porém, mediante parecer técnico do Diretor Geral, com aprovação do Diretor de Normas Técnicas e do Presidente, poderão ser aprovados pedidos de filiação para posterior ratificação na reunião bimestral da Diretoria Executiva.
- c** - A Auditoria Prévia tem como finalidade principal confirmar que de fato o editor possui as condições necessárias de organização interna, que permitam a auditoria periódica e atendam aos padrões do IVC.
- d** - Para editores já filiados que desejam filiar nova publicação veja **Capítulo 12**.
- e** - Para editores ainda não filiados que desejam filiar nova publicação veja **Capítulo 12**.
- f** - Se os registros da publicação não permitirem a execução da Auditoria Prévia, o editor será informado das adaptações que deverão ser feitas e do cancelamento do seu pedido de filiação, que poderá ser renovado tão logo tenham sido feitas tais adaptações.
- g** - Executada a Auditoria Prévia, o pedido de filiação será submetido à Diretoria Executiva, que concluirá: Pela sua aprovação, se ele tiver sido aprovado pelo Diretor de Normas Técnicas e pelo Presidente; ou pela recusa, nos casos de não atender aos Estatutos e Normas Técnicas. Assim sendo, a decisão da Diretoria Executiva será final e irrecorrível, porém o editor poderá renovar seu pedido de filiação após transcorridos seis meses da decisão.
- h** - Fica dispensado da Auditoria Prévia o editor filiado que solicitar a admissão de uma nova publicação cujo tipo de circulação seja o mesmo de outras publicações suas já admitidas no IVC.
- i** - Caso o editor filiado venha a pedir a admissão de outra publicação cujo tipo de circulação seja diferente daqueles já admitidos no IVC, a nova publicação ficará sujeita à Auditoria Prévia.
- j** - O editor deverá depositar no IVC uma quantia, por este estipulada, para cobrir os custos da Auditoria Prévia.
- k** - Em localidade onde não haja escritório do IVC, correrão por conta do editor as despesas com passagens, hospedagem, alimentação e locomoção da equipe designada para o trabalho de auditoria.
- l** - No que couber, também prevalecem para auditoria prévia as demais regras e procedimentos de auditoria.

CAPÍTULO 3: Da Circulação Paga

Art. 8º - Entende-se por Circulação Paga os exemplares adquiridos nas condições a seguir, doravante denominada Circulação Líquida Paga:

- a - O preço para venda avulsa deverá estar estampado, preferencialmente, na 1ª capa da publicação. Essa mesma informação, juntamente com os preços de assinatura, deverá figurar na Informação Jurada do Editor (doravante designada IJE) e no Relatório Auditorial (doravante designado RA), sempre levando em conta os valores vigentes na cidade-sede da publicação.
- b - Na venda avulsa, o exemplar deverá ser adquirido por preço não inferior a 50% daquele estampado na publicação.
- c - Nas assinaturas, o preço por exemplar não poderá ser inferior a 50% do preço de capa para venda avulsa estampado na publicação na data da venda, data esta registrada no relatório de venda ou no documento para renovação da assinatura. Além disso, para assinantes novos, a data de pagamento não poderá ultrapassar 30 dias da data do relatório de venda, de acordo com regras das **Alíneas “l” e “m”, deste mesmo artigo**. Renovação de assinaturas: a data de emissão do documento para renovação da assinatura não poderá ultrapassar 60 dias da data de pagamento.
- d - Serão considerados Circulação Líquida Paga os exemplares avulsos e as assinaturas vendidas mediante prêmios, brindes, ofertas especiais, concursos e outras formas de promoção, se o preço pago, por exemplar, não for inferior a 50% do preço de capa. O filiado deverá registrar nas IJEs informações sobre períodos da promoção e especificação dos prêmios.
- e - Serão consideradas Circulação Líquida Paga as assinaturas múltiplas, ou assinaturas dadas como brindes, até o limite de 10 assinaturas por comprador, se o preço do exemplar não for inferior a 50% do preço de capa.
- f - No caso de fusão entre publicações, os assinantes de cada uma delas deverão continuar recebendo a nova publicação até que expire o prazo de suas assinaturas, as quais serão consideradas Circulação Líquida Paga.
- g - Serão considerados Circulação Líquida Paga os exemplares destinados a agentes de venda no exterior, desde que sejam apresentados os documentos de praxe.
- h - Não serão consideradas Circulação Líquida Paga as vendas de exemplares de números atrasados;
- i - As vendas acima de 10 exemplares (avulsos ou por assinatura) à mesma pessoa ou entidade - consideradas **“vendas por atacado”** - serão computadas como Circulação Líquida Paga, somente se os preços cobrados se conformarem às Normas Técnicas **deste capítulo**.
- j - Não serão consideradas Circulação Líquida Paga as assinaturas e as “vendas por atacado” feitas a empresas pertencentes a organizações do editor.
- k - Serão considerados Circulação Líquida Paga os exemplares enviados aos assinantes após o vencimento das assinaturas anuais, por um período de até 30 dias. Neste caso, os documentos “Listagem de Expedição” e “Roteiro de Entrega Domiciliar” terão que ser colocados à disposição do auditor, além dos demais documentos comprobatórios.
- l - **Nas assinaturas a serem pagas parceladamente**, cada parcela deverá dar cobertura aos exemplares entregues com um prazo máximo de 30 dias para pagamento, a contar da data de capa do 1º exemplar recebido de cada período descoberto.
 - § 1º - Na ausência do dia de circulação expresso na publicação, a exemplo das revistas mensais, será considerada data de capa o último dia do período de referência de circulação.
 - § 2º - Serão consideradas de circulação gratuita as assinaturas não quitadas nos prazos mencionados.
 - § 3º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor da parcela subsequente, exceto quando o valor da parcela cobrir o período pago, não ultrapassando o desconto máximo de 50% do preço de capa.
 - § 4º - São válidas para esta Alínea os Parágrafos contidos na **Alínea “n” deste mesmo artigo**.
- m - O recebimento da **assinatura vendida à vista** não poderá ultrapassar 30 dias, contados do seu início. Ultrapassando este prazo, todos os exemplares expedidos serão considerados Circulação Gratuita. Os Parágrafos que se seguem aplicam-se às **Alíneas “m” e “n”**:
 - § 1º - As assinaturas “em lote” devem também obedecer às Normas Técnicas acima.
 - § 2º - O prazo estipulado acima não se aplica às assinaturas pagas por empenho governamental, pelas contas telefônicas, cartão de crédito, débito automático em conta corrente ou que dependam de novas modalidades de pagamento, cabendo em cada caso ao editor filiado comprovar os respectivos prazos

operacionais, desde que o agente recebedor tenha sido informado dentro de 30 dias após o início da assinatura.

§ 3º - Qualquer nova sistemática de venda de assinaturas poderá ser apresentada pelo editor filiado à Diretoria Executiva, antes da emissão da IJE do período, cabendo a esta deliberar sobre a validade da assinatura como Circulação Líquida Paga.

§ 4º - Os casos omissos serão objeto de deliberação específica da Diretoria Executiva, no sentido de aceitar ou rejeitar a assinatura como Circulação Líquida Paga.

- n - Em se tratando de assinaturas-convênio: O editor deverá apresentar comprovação da data e valor do pagamento das assinaturas pelos funcionários da empresa conveniada. O pagamento da empresa conveniada ao editor deverá ocorrer dentro do prazo de 30 dias, a contar da data do desconto em folha do funcionário da empresa conveniada.
- o - Os exemplares de permuta, adquiridos por empresas, serão considerados como circulação paga, mediante as seguintes condições:
 - Contarão como venda por atacado e de acordo com os limites já estabelecidos nestas Normas Técnicas.
 - Os editores terão que disponibilizar para os auditores do IVC as Notas Fiscais / Faturas e contratos de permutas, que sustentam os lançamentos do editor e da empresa adquirente.
 - A contabilidade da empresa terá que fazer todos os lançamentos em conta específica para permutas e de acordo com os documentos comprobatórios.

Art. 9º – Os limites da **venda por atacado**, referentes à **alínea “i” do artigo anterior**, funcionam da seguinte forma:

- a – De acordo com a faixa de circulação paga (sem computar os exemplares da venda por atacado):
 - Médias de circulação na faixa de até 50.000 exemplares poderão incluir até 20% de atacado.
 - Médias de circulação na faixa entre 50.001 e 100.000 exemplares poderão incluir até 15% de atacado conforme **letra b deste artigo**.
 - Médias de circulação na faixa maior que 100.000 exemplares poderão incluir até 10% de atacado conforme **letra b deste artigo**.
- b – Publicações maiores que 50.000 (entrarão em mais de uma faixa) utilizarão os percentuais de 20%, 15% e 10%, de acordo com a parcela de sua circulação que se situe em cada uma das faixas.
- c – As quantidades que excederem os limites aqui estabelecidos não serão consideradas como circulação paga (constarão como circulação grátis).
- d – No caso de jornais, com circulações nos diferentes dias da semana, se considerará separadamente o atacado em relação a cada dia da semana.

Art. 10 - Preço básico é aquele pelo qual uma publicação pode ser adquirida por qualquer pessoa, em determinado momento, por um período específico, em determinadas áreas.

§ 1º - Será considerado preço básico de venda avulsa o preço estampado na própria publicação.

§ 2º - Será considerado preço básico de assinatura o preço básico de venda avulsa multiplicado pelo número de edições do período de vigência da assinatura.

§ 3º - Uma publicação poderá ter diferentes preços básicos para diferentes áreas (capital, interior) ou diferentes meios de remessa (entrega domiciliar, correio comum, via aérea, porte simples ou registrado) ou por diferentes períodos, desde que estampados nos exemplares com o devido destaque.

Art. 11 – As Assinaturas e vendas avulsas que excluírem parte dos cadernos que constam na modalidade normal, terão por preço básico um valor equivalente ao calculado com base no percentual da redução da paginação sobre o preço básico da modalidade normal.

§ 1º - A aprovação está condicionada à disponibilização dos documentos e controles contábeis necessários para identificar, separadamente, a circulação destas assinaturas das demais modalidades.

§ 2º - Nos casos referidos no **§ anterior** é obrigatória a formalização do processo junto ao IVC e inclusão de nota em todas as IJE's (Informações Juradas do Editor), detalhando as quantidades destas assinaturas e os nomes dos cadernos que foram excluídos desta modalidade, bem como os preços praticados.

§ 3º - Todas as documentações que tratam os parágrafos anteriores são passíveis de verificação por ocasião das auditorias.

§ 4º - Se tais documentações e procedimentos não atenderem as regras aqui previstas, estas

assinaturas não serão consideradas como circulação paga (constarão como circulação grátis).

§ 5º - Para as modalidades de assinaturas e vendas avulsas, previstas no caput dessa cláusula, todas as demais regras serão verificadas considerando-se o preço básico descrito **neste artigo** e condicionado ao limite de desconto até 50% do preço de capa.

CAPÍTULO 4: Da Circ. Controlada de Conteúdo Dirigido

Art. 12 - São considerados como Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido os exemplares de uma publicação distribuídos a determinadas pessoas, nominalmente e por cargo/função, cuja atividade profissional se relacione com o conteúdo editorial da publicação.

Art. 13 - A Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido poderá ser paga, não-paga, ou de ambas as formas, obedecendo sua distribuição aos seguintes critérios:

- a - Por solicitação expressa de profissionais ligados a organizações cuja atividade se relacione com o conteúdo editorial da publicação.
- b - Independentemente de solicitação expressa.
- c - Combinação dos dois critérios acima.

Art. 14 - no caso de Circulação Controlada de conteúdo dirigido, o editor declarará:

- a - Os ramos de atividades servidos pela publicação.
- b - A qualificação dos destinatários pertencentes a esses ramos e que recebem a publicação.
- c - O critério de distribuição dos exemplares:
 - 1- mediante solicitação expressa das pessoas ou das empresas para as quais trabalhem;
 - 2- independentemente de solicitação, mediante:
 - . lista de pessoas licenciadas para o exercício profissional por repartições públicas;
 - . lista de membros de associações, clubes, sindicatos ou outras entidades, desde que aprovadas pela Diretoria Executiva;
 - . lista de clientes de empresas interessadas;
 - . lista de responsáveis por atividade, identificados pelo nome, cargo/função, seção ou departamento.
 - 3- combinação dos sistemas citados em (1) e (2).

Art. 15 - Além dos registros obrigatórios a todas as publicações, nos termos do **Art. 65**, o editor de Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido deverá manter em arquivo documentação hábil que permita aos auditores do IVC verificar:

- a - A conformidade das qualificações daqueles que recebem a publicação, com o seu conteúdo editorial.
- b - Critério de Circulação Controlada, conforme as alternativas indicadas no **artigo anterior**.
- c - Cadastro para remessa da publicação com dados detalhados dos destinatários.

Art. 16 - A conformidade à que se refere a Alínea A do **Art. Anterior**, será verificável mediante um ou mais dos seguintes documentos e critérios:

- a - Declaração do solicitante da assinatura ou da organização para a qual trabalhe.
- b - Lista de membros de associações profissionais, clubes, sindicatos ou outras listas, desde que aprovadas pela Diretoria Executiva.
- c - Lista de pessoas, fornecida por empresas industriais ou comerciais, interessadas no conteúdo editorial da publicação.
- d - Lista dos responsáveis por atividades que estejam em conformidade com os campos servidos, identificados pelo cargo, seção e ou departamento.
- e - Verificação e validação das informações do mailing através de auditoria por amostragem.

Art. 17 - Será permitida a inclusão opcional do número de empresas atendidas pela distribuição no quadro demonstrativo dos ramos de atividade na IJE, desde que o Editor possua os controles necessários para gerar estas informações e consiga atender aos procedimentos da auditoria do IVC.

Art. 18 - A IJE e o RA consignarão, separadamente, os exemplares remetidos, conforme os critérios e as condições estabelecidas **neste capítulo** .

Art. 19 - Os documentos de qualificação dos destinatários da publicação deverão ser atualizados, pelo menos, de três em três anos, contados da primeira edição analisada na Auditoria Prévia.

§ 1º - Estes documentos serão rubricados e datados pela equipe de auditores.

§ 2º - Constatado que o prazo dos referidos documentos foi ultrapassado, os assinantes serão automaticamente excluídos da categoria de Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido e considerados como distribuição gratuita não-qualificada.

§ 3º - Ressalvadas as inclusões e cancelamentos, a cada destinatário de Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido, devem ser expedidas todas as edições da publicação durante o período em que permanecer qualificado.

CAPÍTULO 5: Da Circ. Controlada de Conteúdo Variado

Art. 20 - Serão consideradas como Circulação Controlada de Conteúdo Variado, os exemplares de uma publicação distribuídos nominalmente às pessoas que manifestaram individual, pessoal e explicitamente, o desejo de recebê-la gratuitamente por tempo determinado e que atendam às Normas específicas, aqui estabelecidas.

Art. 21 - Não se enquadram nessa categoria, publicações como catálogos e jornais de ofertas, encartes promocionais e listas telefônicas. Qualquer outro tipo de publicação, não previsto nestas Normas, deverá ter sua eletividade julgada pela Diretoria Executiva do IVC, cuja decisão será soberana e irreversível.

Art. 22 - Para se filiar ao IVC, nesta categoria, a publicação precisará comprovar a circulação de pelo menos seis edições imediatamente anteriores ao pedido de filiação, dentro de sua periodicidade regular.

Art. 23 – Nesta categoria não será permitido que a publicação utilize o logotipo provisório, com os dizeres “Em processo de filiação”, pois sempre haverá necessidade de concluir a auditoria para ter sua filiação aprovada.

Art. 24 - O formulário específico (pedido de recebimento) e todos os seus campos, que serão preenchidos pelo destinatário da publicação, precisarão ser definidos e aprovados pelo IVC.

Art. 25- Para atender à auditoria do IVC, o editor terá que manter todos estes pedidos de recebimento em arquivo, sendo que os mesmos deverão ser renovados, de acordo com os prazos que constam neles e que terão validade máxima de 12 meses.

Art. 26 - Dentro do processo de auditoria destas publicações, quando couberem, também se aplicam os procedimentos da classe de Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido.

Art. 27 - Nesta Categoria não serão auditados exemplares de circulação paga e O IVC incluirá a seguinte nota explicativa na IJE: “A auditoria é realizada exclusivamente na Circulação Controlada gratuita de Conteúdo Variado”.

Art. 28 – Na a IJE e no relatório auditorial dessas publicações não aparecerão dados de Circulação Paga e Tiragem, visto que a auditoria é realizada exclusivamente na Circulação Controlada gratuita de Conteúdo Variado.

CAPÍTULO 6: Das Circulações Mistas de Conteúdo Dirigido

Art. 29 - Para ser considerada de Circulação Mista, dentro das circunstâncias específicas de cada publicação, será necessário que exista um volume significativo de Circulação Paga e que cumpra as demais exigências destas Normas Técnicas e dos Estatutos Sociais do IVC.

Art. 30 - Para uma publicação ser considerada de Circulação Mista de Conteúdo Dirigido, é requisito indispensável, que existam simultaneamente, Circulação Paga e Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido, bem como que atenda a todas as Normas de cada uma destas duas categorias que a compõe.

CAPÍTULO 7: Dos Suplementos

Art. 31 - Publicações que já possuem a sua circulação principal auditada pelo IVC, também podem requerer a filiação de seus suplementos.

§ 1º - São considerados como suplementos as revistas ou cadernos que circulam encartados na edição principal.

§ 2º - Em se tratando de suplemento, a IJE fará referência, no canto superior, ao nome da publicação principal junto à qual o suplemento circula.

Art. 32 - Para aprovar a filiação do suplemento, é necessário a apresentação dos controles que comprovem a impressão e que demonstrem a localização geográfica da circulação do mesmo.

Art. 33 - Não sendo o suplemento encartado em todas as regiões da edição principal, é indispensável que a IJE detalhe com clareza a região geográfica da sua circulação, inclusive com os esclarecimentos que se fizerem necessários no campo de notas.

§ Único - É exigido que o suplemento circule em todos os exemplares na região pré-definida.

CAPÍTULO 8: Das Publicações Eletrônicas:

Art. 34 - A definição de publicação eletrônica está estabelecida no **Capítulo 3 dos Estatutos Sociais do IVC**.

Art. 35 - A aceitação de novas formas de mídias eletrônicas e os métodos necessários para suas auditorias estarão condicionados a aprovação da Diretoria Executiva do IVC.

§ Único - Os procedimentos de auditoria e demais regras serão definidos e desenvolvidos em normas específicas para cada nova forma de mídia eletrônica.

CAPÍTULO 9: Das Publicações em CD Rom

Art. 36 - É permitido que publicações impressas tenham parte de sua circulação em formato de CD Rom.

§ 1º - De acordo com a categoria que a publicação se filiou, quando condizentes, permanecem os demais critérios e procedimentos de auditoria.

§ 2º - Somente será aceito pedido de filiação se a auditoria prévia concluir pela sua aprovação.

§ 3º - A auditoria do CD Rom também analisará os documentos e controles referentes à produção e circulação dele.

Art. 37 - Se existir publicação impressa, o CD Rom precisará ser a cópia idêntica dela, com o mesmo conteúdo editorial e anúncios, bem como haverá necessidade de filiar os dois formatos de circulação.

§ 1º - Haverá necessidade de três mapas de Informações Juradas do Editor (IJE): Um para a circulação impressa, um para a circulação em CD Rom e outro para a soma dos dois (impresso + CD Rom).

§ 2º - Para diferenciar as IJE's, constarão nos seus títulos, respectivamente, em seguida ao nome da publicação, os termos "Impressa", "CD Rom", e "Total CD Rom + impressa".

§ 3º - As auditorias gerarão resultados separados para cada um dos três tipos de IJE's estabelecidos no parágrafo anterior, de forma que teremos sempre três R.A. (um para "Impressa", um para "CD Rom", e outro para "Total CD Rom + impressa").

CAPÍTULO 10: Das Edições Digitais

Art. 38 - Entende-se como edição digital, a cópia da publicação impressa que foi distribuída eletronicamente como uma unidade.

Art. 39 - O editor de mídia impressa, já filiado, poderá requerer a adesão da circulação de sua edição digital e a partir dessa solicitação sofrerá uma auditoria prévia para obter a sua aprovação.

Art. 40 – A auditoria de edição digital, nos termos do **artigo anterior**, levará em consideração os documentos impressos e eletrônicos, necessários para comprovar:

- . a existência da edição digital;
- . a semelhança dela com a edição impressa;
- . o pagamento dos exemplares;
- . os dados cadastrais do cliente;
- . a distribuição;
- . a circulação.

Art. 41 – O editor de edições digitais, para efeito das comprovações previstas no **artigo anterior**, precisará:

- . guardar os arquivos eletrônicos, referentes aos roteiros diários de entrega;
- . disponibilizar aos auditores do IVC livre acesso às edições digitais necessárias para a realização da auditoria, por meio de download ou qualquer outra tecnologia que permita a visualização e verificações.
- . identificar os assinantes, quando necessário, através de informações cadastrais, como nome, endereço de residência ou trabalho, telefone, e-mail, etc.
- . permitir o acesso dos auditores do IVC a toda e qualquer outra forma de documentação que possibilite verificar e esclarecer dúvidas sobre os itens listados no **artigo anterior**;
- . demonstrar que o preço praticado na venda casada, do exemplar impresso com o digital, é igual ou maior que 100% do preço de capa da publicação impressa;
- . guardar um exemplar de cada edição impressa, para que se constate a similaridade de conteúdos em relação à edição digital;
- . obedecer as demais regras de mídia impressa, nos termos do **capítulo 3**, para comprovação de circulação paga;
- . atender, no que couber, as regras previstas nos demais capítulos destas Normas Técnicas.

Art. 42 – As IJE's apresentarão os resultados das edições digitais através de campos específicos para o total de sua circulação no Brasil e também no exterior.

§ Único – As IJE's também apresentarão a soma das circulações das edições impressas com as digitais.

Art. 43 – Serão aceitas vendas por atacado das edições digitais, obedecendo às mesmas regras já existentes para mídia impressa e que se encontram no **Capítulo 3** destas Normas Técnicas.

§ Único – O cálculo do limite máximo permitido obedecerá à aplicação dos percentuais estabelecidos no **Art. 9** e considerará o conjunto de circulação impressa mais digital.

Art. 44 – Toda promoção envolvendo edições digitais, será estendida obrigatoriamente para a publicação impressa e, conseqüentemente, haverá necessidade de ser disponibilizada em todos os canais de venda (oferta aberta).

Art. 45 – Será permitida a migração de assinantes pagos de edição digital para edição impressa, e vice-versa, contando os seus exemplares como circulação paga, desde que existam os registros comprobatórios das transferências financeiras e das solicitações de mudanças de modalidade.

Art. 46 – O total da circulação da edição digital poderá ser no máximo 20% da circulação da edição impressa que constará na mesma IJE.

§ **Único** – As presentes normas técnicas de edições digitais e todos os seus procedimentos deverão ser reavaliados no momento que o primeiro filiado alcançar a condição prevista no **caput desse artigo**.

CAPÍTULO 11: IJE – Informação Jurada do Editor

Art. 47 - A IJE é um boletim padronizado para cada tipo de publicação, apresentado em papel ou qualquer outra forma que permita a sua visualização, através do qual o IVC divulga os dados de circulação fornecidos pelo editor filiado.

Art. 48 - A IJE, quando apresentada em papel, tem as seguintes características:

- a - Cor amarela: Circulação Líquida Paga de jornais.
- b - Cor azul: Circulação Líquida Paga de revistas.
- c - Cor verde: Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido.
- d - Cor rosa: Circulação Mista de Conteúdo Dirigido, constituída pela soma de Circulação Líquida Paga e Circulação Controlada de Conteúdo Dirigido.
- e - Cor marfim: Circulação Controlada de Conteúdo Variado;

§ **Único** - Quando apresentada em qualquer outra forma, terá a mesma configuração gráfica da IJE impressa e identificará tratar-se de reprodução fiel do original do IVC, para uso exclusivo do filiado.

Art. 49 - Os editores enviarão periodicamente as Informações Juradas da circulação de suas publicações para o escritório do IVC, através de cópia protocolada, fax, e-mail ou outra forma de envio previamente aprovada pelo IVC, obedecendo aos seguintes prazos de entrega:

a - Publicação de Circulação Líquida Paga:

- . publicação diária: informação mensal, até o dia 15 do mês subsequente;
- . publicação semanal: informação mensal, até 45 dias após o mês em questão;
- . publicação quinzenal: informação mensal, até 60 dias após o mês em questão;
- . publicação mensal: informação mensal, até 60 dias após o mês em questão;
- . publicação bimestral e trimestral: informação de cada edição, até 60 dias após o bimestre ou trimestre em questão;
- . publicação quadrimestral: informação de cada edição, até 60 dias após o quadrimestre em questão;
- . publicação semestral e anual: informação de cada edição, até 60 dias após o semestre ou ano em questão.

b - Publicação de Circulação Controlada (de conteúdo dirigido ou conteúdo variado):

- . publicação diária: informação mensal, até o dia 15 do mês subsequente;
- . publicação semanal, quinzenal e mensal: informação mensal, até 30 dias após o mês em questão;
- . publicação bimestral e trimestral: informação de cada edição, até 30 dias após o bimestre ou trimestre em questão;
- . publicação quadrimestral: informação de cada edição, até 30 dias após o quadrimestre em questão;
- . publicação semestral e anual: informação de cada edição, até 30 dias após o semestre ou ano em questão.

c - Publicação de Circulação Mista de Conteúdo Dirigido:

- . publicação diária: informação mensal, até o dia 15 do mês subsequente;
- . publicação semanal: informação mensal, até 45 dias após o mês em questão;
- . publicação quinzenal: informação mensal, até 60 dias após o mês em questão;
- . publicação mensal: informação mensal, até 60 dias após o mês em questão;
- . publicação bimestral e trimestral: informação de cada edição, até 60 dias após o bimestre ou trimestre em questão;
- . publicação quadrimestral: informação de cada edição, até 60 dias após o quadrimestre em questão;
- . publicação semestral e anual: informação de cada edição, até 60 dias após o semestre ou ano em questão.

questão.

- d - Publicação admitida no IVC desde a primeira edição: os prazos para entrega das IJEs não serão alterados, prevalecendo os prazos estabelecidos **neste artigo**.
- e - publicação admitida extraordinariamente obedecerá aos seguintes prazos:
 - . jornal: 15 dias após o mês de lançamento;
 - . revista controlada: 30 dias após o mês de lançamento;
 - . revista paga e mista: 60 dias após o mês de lançamento.

Art. 50 - As Informações Juradas dos Editores poderão ser impressas pelo IVC em papel colorido, no formulário IJE, conforme determina o **Art. 48** (distinguindo-as assim dos Relatórios Auditoriais (RA), impressos em papel branco) para distribuição aos filiados do IVC

Art. 51 - O editor poderá enviar ao IVC os dados destinados a uma IJE extraordinária, referentes a um período contido em qualquer período regular, desde que não esteja em atraso com nenhuma informação de período regular.

§ 1º - A edição ou edições abrangidas pela Informação Jurada extraordinária serão incluídas na IJE e no RA dos respectivos períodos regulares.

§ 2º - São consideradas situações factíveis para adoção do procedimento referido **no caput desse artigo**, as datas do Natal e o primeiro dia do ano, bem como a segunda e terça feiras do Carnaval.

Art. 52 - No caso de uma IJE ter sido divulgada com erro de transcrição, de cálculo, inversão de números, ou qualquer outro tipo de situação, que no entender do Diretor Geral exija uma correção formal, deverá o IVC providenciar uma outra IJE contendo a seguinte Nota Explanatória: “Esta IJE cancela e substitui a de nº ..., por conter erro ...”.

Art. 53 - No caso de uma publicação encontrar-se suspensa na ocasião em que normalmente deveria ser divulgada a IJE, o IVC distribuirá a respectiva IJE, em branco, incluindo os dizeres: “Esta publicação está suspensa do IVC.”

Art. 54 - A terminologia utilizada pelo editor nas suas Informações Juradas deverá conformar-se aos procedimentos do IVC e os dados por ele fornecidos devem ser sempre passíveis de auditoria.

§ 1º - Somente poderão figurar na IJE os fatos, números, informações e esclarecimentos expressamente autorizados ou exigidos pelas Normas Técnicas ou que forem determinados pela Diretoria Executiva ou pelo Diretor Geral ao interpretá-las.

§ 2º - Na IJE, o espaço para esclarecimentos gerais destina-se, exclusivamente, a fornecer informações sobre qualquer promoção especial ou campanha de vendas da publicação, bem como ao registro de outros dados pertinentes e objetivos em relação aos números de circulação apresentados.

Art. 55 - Quando o editor filiado ao IVC divergir do Diretor Geral, em relação aos dados da IJE, terá ele o direito de ser ouvido pela Diretoria Executiva.

§ Único - A decisão da Diretoria Executiva, no tocante a qualquer divergência, será soberana.

CAPÍTULO 12: Auditorias

Art. 56 - A auditoria de circulação, das publicações admitidas no IVC, será feita no mínimo uma vez por ano, cobrindo períodos semestrais consecutivos, de modo a não deixar nenhum período sem auditoria.

§ Único - No caso de publicação quadrimestral, em decorrência da impossibilidade de dividir o ano em dois semestres, então serão necessárias auditorias distintas, cobrindo os três períodos quadrimestrais consecutivos e portanto totalizando três auditorias por ano.

Art. 57 - O editor filiado que requerer e tiver aprovada a admissão imediata de uma nova publicação, entendendo-se que na condição de filiado, em situação regular e com outras publicações nas mesma(s) condição(ões), está apto para entregar as IJE's, obedecerá as seguintes condições:

- a - Publicações com periodicidade mensal ou inferior: Poderão utilizar o logotipo normal de filiado ao IVC e serão auditadas assim que for fechado o primeiro mês.

b - Demais periodicidades: Poderão utilizar o logotipo normal de filiado ao IVC e serão auditadas assim que for fechada a primeira edição.

Art. 58 - O editor filiado que tiver publicação admitida no IVC em caráter extraordinário, por não ter periodicidade definida, deverá ter os dados de circulação desta publicação auditados pelo IVC, até 180 dias após sua data de lançamento, submetendo-se sempre a uma auditoria para cada edição ou mini-série.

Art. 59 - O Editor que ainda não tem publicação filiada ao IVC e solicitar a filiação antes do lançamento do primeiro número de sua publicação, obedecerá aos procedimentos a seguir:

- a** - Publicações com periodicidades mensais ou inferiores: Poderá utilizar o logotipo “IVC – Em processo de filiação”. Neste caso ocorrerá verificação física dos três primeiros meses ou até o momento que seja possível realizar a auditoria prévia do primeiro mês, podendo o IVC enviar comunicado ao mercado sobre qualquer irregularidade constatada.
- b** - Publicações com periodicidades bimestrais: Poderá utilizar o logotipo “IVC – Em processo de filiação”. Neste caso correrá verificação física dos três primeiros bimestres ou até o momento que seja possível realizar a auditoria prévia do primeiro bimestre, podendo o IVC enviar comunicado ao mercado sobre qualquer irregularidade constatada.
- c** - Publicações com periodicidades superiores a bimestrais: Em função dos prazos mais dilatados, não poderão utilizar o logotipo “IVC – Em processo de filiação” e só poderão se filiar ao IVC após se submeter à auditoria prévia da última edição fechada.

Art. 60 - O Editor que ainda não tem publicação filiada ao IVC e solicitar a filiação após o lançamento do primeiro número, não poderá utilizar o logotipo “IVC – Em processo de filiação” e obedecerá as regras a seguir:

- a** - Publicações com periodicidades mensais ou inferiores: Só poderão se filiar ao IVC após se submeter à auditoria prévia do último mês fechado ou do imediatamente anterior.
- b** - Publicações com periodicidades bimestrais ou superiores: Só poderão se filiar ao IVC após se submeter à auditoria prévia da última edição fechada ou da imediatamente anterior.

Art. 61 - A auditoria de circulação poderá ser realizada independentemente de o editor ter fornecido a Informação Jurada ao IVC.

Art. 62 - O IVC poderá, a qualquer momento, independentemente de qualquer pedido e comunicação prévia ao editor, proceder à uma Auditoria Extraordinária, correspondente à um período contido em período regular.

Art. 63 - O editor é responsável pelos obstáculos ou impedimentos impostos à ação dos auditores do IVC, através de sua empresa, por suas gráficas, representantes, distribuidores, agências autorizadas e demais empresas correlacionadas.

Art. 64 - Quando a auditoria tornar-se inviável, o fato será levado ao conhecimento da Diretoria Executiva, para as medidas e penalidades cabíveis.

CAPÍTULO 13: Registros da Circulação

Art. 65 - A Auditoria de Circulação, das publicações admitidas no IVC, abrangerá todos os itens pertinentes à cada classe, conforme detalhamentos abaixo discriminados:

- a** - Apurações industriais relativas a matéria-prima (estoque e consumo de papel ou outros materiais do processo de impressão), inclusive o documento “Declaração Imunidade Fiscal - DIF” para demonstrar a utilização do papel imune de tributação.
- b** - Produção:
 - . pedido de tiragem;
 - . boletim de tiragem ou de máquina;
 - . boletim de aplicação da tiragem.
- c** - Vendas:
 - . venda avulsa - cidade-sede, cidades adjacentes;

- . venda avulsa - interior do Estado, outros Estados e exterior;
 - . assinaturas - cidade-sede, cidades adjacentes;
 - . assinaturas - interior do Estado, outros Estados e exterior;
 - . aparas, encalhes, sabugos, capas, papel sujo, etc.
- d** - Distribuição grátis, exemplares não distribuídos e inutilizados.
- e** - Distribuição e expedição:
- . venda avulsa e assinaturas;
 - . frota e outros meios de distribuição na cidade-sede e cidades adjacentes;
 - . conhecimentos de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário ou marítimo para o interior do Estado, demais Estados e exterior;
 - . guias de franquia postal, expedição ou mala postal;
 - . cadernos de repartes ou mapas de expedição.
- f** - Apuração de vendas:
- . mapas de distribuição por bancas e zonas da cidade-sede;
 - . comprovação de encalhes na cidade-sede, cidades adjacentes, interior do Estado e outros Estados;
 - . faturamento mensal, inclusive com os extratos bancários detalhados dos depósitos que comprovem os pagamentos dos exemplares vendidos.
 - . registros de cheques e outros meios de cobrança da venda avulsa no interior, inclusive correspondência;
 - . estatística do movimento de assinaturas na cidade-sede, cidades adjacentes, interior do Estado e outros Estados, discriminando as assinaturas ativas, suspensas ou canceladas, e seus períodos de vigência.
 - . outros registros financeiros e contábeis que comprovem as movimentações das vendas de exemplares.
- g** - Outras comprovações:
- . verificação física da tiragem na máquina impressora;
 - . verificação aleatória da venda avulsa e assinatura em praças diversas.

Art. 66 - Os editores filiados que não possuem oficinas próprias deverão exigir das gráficas impressoras todos os elementos comprobatórios constantes dos **itens “a” e “b”** anteriormente citados, bem como comprovar o faturamento da impressão.

§ **Único** - Os elementos comprobatórios das alíneas do **artigo anterior** são exigíveis dos jornais e revistas de Circulação Paga.

Art. 67 - As publicações de Circulação Controlada ou Mista deverão manter os documentos e registros mencionados **nos artigos deste capítulo**, em perfeitas condições de acesso para auditoria do IVC, estando ainda sujeitas às regras a seguir:

- a** - Mailings detalhados com todas as informações pertinentes dos destinatários. Considerando-se ainda, para os casos de publicações de Conteúdo Dirigido, que haverá necessidade de se checar a conformidade das qualificações dos destinatários com os ramos servidos pela publicação.
- b** - A verificação física de tiragem e expedição será feita obrigatoriamente. Sendo que as publicações com periodicidade semanal ou superior serão objeto de verificação física em todas as edições, enquanto que as publicações com periodicidade inferior a semanal, sofrerão verificação física de, no mínimo, uma edição dentro de cada semana.
- c** - Com antecedência mínima de 24 horas, o editor solicitará a presença da equipe do IVC para comprovação da tiragem e acompanhamento físico da expedição da edição.
- d** - Em caso de atraso, por parte do editor, sobre o horário marcado para a expedição, será debitado o custo homem/hora dos funcionários do IVC que ficarem à sua disposição.
- e** - Na IJE e no RA serão discriminadas, em notas explanatórias, as datas e quantidades expedidas de cada edição.

§ **único** - As publicações de Circulação Controlada ou Mista deverão manter em arquivo os controles e registros de exemplares devolvidos, correspondentes a cada edição, de forma que estes exemplares não sejam computados como Circulação.

Art. 68 - Os auditores poderão solicitar aos editores e seus agentes distribuidores, no território nacional ou no exterior, todo e qualquer documento, desde que necessário à comprovação das apurações auditoriais.

§ **1º** - O editor deverá manter atualizados os registros contábeis indispensáveis às comprovações dos documentos constantes **deste capítulo**, registros estes que serão uniformes para cada tipo de

publicação.

§ 2º - Os documentos contábeis referentes ao recebimento de assinaturas através do sistema bancário, contas telefônicas, cartões de crédito, agências de vendas, agentes e corretores terão que indicar o início da vigência da assinatura.

§ 3º - No caso de recebimento parcelado, os documentos contábeis deverão indicar a que parcela se refere o recebimento contabilizado.

Art. 69 - As demais disposições destas Normas Técnicas, contendo os detalhamentos específicos para cada classe de Circulação, complementam as regras contidas **neste capítulo**.

Art. 70 - O editor deverá manter em arquivo, para uso do auditor, exemplares de todas as ofertas de assinatura, inclusive anúncios inseridos na própria publicação ou em outras, circulares, cópias de contratos feitos com agências vendedoras ou quaisquer outras fontes através das quais sejam obtidas assinaturas.

Art. 71 - Quando os registros contábeis de uma publicação tornarem inviável a auditoria, o fato será levado, por escrito, ao conhecimento do editor, observado o seguinte procedimento:

a - O editor deverá assinar o termo, obrigando-se a regularizar os registros necessários dentro do prazo máximo de trinta dias.

b - Se o editor se recusar a assinar o termo, este fato será submetido à deliberação da Diretoria Executiva.

c - Se o editor criar condições que tornem viável a auditoria, esta deverá ser realizada no decorrer do prazo concedido ao editor.

d - Esgotado o prazo concedido, a equipe de auditoria do IVC comparecerá aos escritórios do editor, independentemente de notificação. Se o trabalho de auditoria continuar inviável, este fato será levado ao conhecimento da Diretoria Executiva, para as medidas e penalidades cabíveis.

Art. 72 - Para auditoria de números de circulação no exterior, poderá o auditor aceitar do editor estimativas baseadas em anos anteriores, desde que já auditadas, ou nos resultados dos meses cujas contas já estejam fechadas por ocasião da auditoria.

§ 1º - Quando, numa auditoria, parte dos resultados decorrer de estimativas, na forma **deste artigo**, o fato deverá ser anotado no espaço reservado para Observações Gerais, no RA.

§ 2º - Na auditoria seguinte, os resultados decorrentes de estimativas serão obrigatoriamente verificados, cabendo uma Nota Explanatória, caso se constate divergência superior a 4%.

CAPÍTULO 14: Distribuição da Circulação – R.A.

Art. 73 - Ao analisar a distribuição de uma publicação, os auditores consignarão, separadamente, para cada tipo de circulação:

a - O número de exemplares por Estado, distinguindo a capital e o interior, em sua divisão regional.

b - Os exemplares remetidos aos municípios, divididos regionalmente e considerados principais pelo Anuário Estatístico do IBGE, cuja média de circulação seja igual ou superior a 0,1% da circulação verificada.

c - No caso de jornais e de outras publicações de caráter local, serão consignados também:

. número de exemplares que circulam na cidade-sede, abrangendo todos os exemplares que circulam no município onde está localizada a sede da publicação;

. número de exemplares que circulam nas cidades adjacentes, abrangendo aqueles municípios limítrofes à cidade sede, que deverão ser iguais para uma mesma cidade e previamente aprovados pelo IVC;

d - Para as publicações de circulação controlada de conteúdo dirigido, serão consignados:

. número de exemplares por tipo de atividade ou ramos;

. número de exemplares por cargo ou especialidades dos assinantes;

. data do início e término da expedição aos destinatários de cada edição compreendida no período da auditoria.

e - O número de exemplares remetidos a localidades onde prevalece o regime de conta firme ou qualquer limitação ao recebimento de encalhe.

- f - Na “Distribuição Geográfica”, as médias de circulação dos jornais serão calculadas separando-se o período de terça-feira a sábado das médias de domingo e segunda-feira. No “Resumo do Movimento”, o cálculo será feito detalhando por dia da semana e dias úteis.
- g - Os dados referentes aos assinantes das publicações de Circulação Controlada de Conteúdo Variado não terão discriminação de ramos e cargos.

Art. 74 - Ao concluir os trabalhos de auditoria (prévia, ordinária ou extraordinária), o auditor submeterá ao editor, para aprovação, o seu Relatório Auditorial original, o qual, uma vez aprovado, será permitido que o IVC proceda a divulgação para todos os filiados.

Art. 75 - Sempre que uma auditoria diferir da IJE, o auditor deverá submeter ao editor todos os dados (fatos concretos e não generalizações) que determinaram a diferença entre a circulação certificada e a declarada.

§ 1º - Se o editor considerar os dados assim apresentados insuficientes para justificar a diferença, poderá solicitar ao IVC uma nova auditoria.

§ 2º - No caso de nova auditoria, esta poderá ser feita por uma equipe diferente daquela que realizou a primeira, desde que isso seja solicitado pelo editor.

§ 3º - Sempre que ficar provado pela nova auditoria que os registros da publicação continham vícios ou estavam organizados de maneira a confundir o auditor, o caso será levado ao conhecimento da Diretoria Executiva para deliberação quanto às providências a serem tomadas.

§ 4º - O IVC somente fará nova auditoria se ficarem claramente evidenciadas as incorreções apontadas pelo editor. No caso de impasse, o fato será apresentado à Diretoria Executiva para deliberação.

Art. 76 – A diferença a maior entre a média de circulação das IJE’s e o Relatório Auditorial (RA) do mesmo período, para ser considerada como normal e dentro do padrão estabelecido pelo IVC, não poderá superar o limite de 4%.

§ 1º - No caso de Circulação Paga, para efeito desse cálculo, se considerará o conjunto de venda avulsas, assinaturas e edições digitais (ou seja, não será calculado separadamente para vendas avulsas, assinaturas ou edições digitais).

§ 2º - Em relação ao período da auditoria, se considerará o resultado obtido para o conjunto dos meses desse período.

§ 3º – No caso de jornais, que apresentam detalhamentos das circulações por dias da semana, a auditoria efetuará tal cálculo, distintamente, para a média de cada dia da semana, dentro do período auditado.

CAPÍTULO 15: Divulgação

Art. 77 - Os editores filiados ao IVC, que se encontrarem em situação regular, estão liberados para divulgação de dados de circulação, desde que feita em conformidade com os demais **artigos deste capítulo**, e deverão incluir no expediente de suas publicações a expressão “Filiado ao IVC” ou a marca do Instituto.

§ Único - No caso de editor que tenha solicitado filiação a partir do primeiro número de sua publicação, a expressão a ser utilizada, até a divulgação da auditoria prévia, será “em processo de filiação”, tendo esta que constar logo abaixo da marca do IVC.

Art. 78 - Os editores filiados, ao divulgar dados de circulação, utilizando ou não a marca IVC, deverão cumprir as seguintes normas:

- a - Em qualquer circunstância, qualquer que seja a forma ou critério de apresentação dos dados de circulação, não poderão ser omitidos os dados correspondentes da última IJE do próprio Editor, a qual não poderá estar em atraso, observando que a demonstração dos dados e o mês da última IJE devem ter o mesmo destaque dos demais números apresentados.
- b - Os números divulgados ou afirmações sobre circulação, deverão ser extraídos tendo como base exclusiva as IJE’s, especificando, de maneira inconfundível, o período a que se referem, o critério de cálculo e os títulos definidos nas IJE’s.

- c - A divulgação publicitária, promovida por Editores filiados, que mencionar os dados de circulação de sua publicação, em confronto com os de outras publicações admitidas no Instituto, deverá ser feita adotando-se o mesmo critério, forma e período para comparação, com os devidos esclarecimentos sobre o critério adotado, de modo a evitar qualquer dubiedade ou interpretação errônea.
 - d - Entende-se que o termo “divulgação” abrange anúncio, peça promocional (na data da sua elaboração), matéria editorial (com finalidade de demonstração ou análise da circulação) ou qualquer correspondência cujo objetivo seja demonstrar a circulação da publicação.
 - e - Qualquer reprodução de uma IJE com fins promocionais deverá obedecer fielmente ao original divulgado pelo IVC, cabendo ao filiado proceder a divulgação com a seguinte nota: “Reprodução do original divulgado pelo IVC”. Neste caso, o filiado responsável pela peça deverá identificá-la com os dados de sua empresa e enviar imediatamente um exemplar ao IVC.
 - f - Qualquer forma de divulgação de dados que não esteja prevista nestas Normas Técnicas, só poderá ser feita com a expressa autorização do IVC, que por sua vez, terá um prazo de até 15 dias corridos para dar ou não a autorização.
 - g - Se o concorrente estiver atrasado com as IJE's, depois de consultar o IVC, o filiado poderá fazer menções à sua última e citar que a do outro está em atraso.
- § Único** – As publicações filiadas na categoria de Circulação Paga, ao divulgar informações do IVC, terão que utilizar dados de circulação paga em vez de tiragem.

Art. 79 - Toda e qualquer informação tornada pública por editor filiado ao IVC, contendo dados sobre a circulação ou a tiragem de sua publicação, correspondentes a determinada edição (exemplos: o resultado de um dia da semana, para jornais, ou uma edição, para revistas), equivalerá a uma IJE e, havendo discrepância a maior que o limite de 4% entre a aludida publicação e os dados verificados pelo IVC, o fato será objeto de apreciação da Diretoria Executiva para as deliberações pertinentes.

§ Único - A informação é considerada pública, desde que divulgada, independentemente do meio, do volume de informação ou a quem se destine.

Art. 80 - Toda divulgação feita por editor filiado ao IVC, paga ou não, deve submeter-se aos mais rigorosos padrões éticos, não sendo admitido o uso de artifícios que, envolvendo de forma direta ou indireta o nome do IVC, possam induzir terceiros em dúvida ou erro.

Art. 81 - Nos casos das publicações classificadas como Conteúdo Variado, toda comparação e/ou divulgação de números de Circulação só poderá ocorrer dentro desta mesma categoria.

§ Único – Especificamente nas regras de divulgação desta categoria, o uso do logotipo do IVC deverá obrigatoriamente vir acompanhado da frase “Auditoria exclusivamente na circulação controlada gratuita”.

Art. 82 - É expressamente proibida toda e qualquer divulgação comparativa entre publicação não filiada ao IVC com outra que seja, envolvendo números e informações sobre circulações, visto que não faz sentido comparar publicação auditada pelo IVC com outra que não seja.

Art. 83 - Somente é permitido o uso de dados consolidados, envolvendo a soma das publicações de um mesmo Editor, no caso delas não terem ultrapassado o limite de 4% na auditoria do último período fechado.

CAPÍTULO 16: Descumprimento e Sanções

Art. 84 - Os filiados que cometerem irregularidades em relação aos Estatutos Sociais, Normas Técnicas e demais regras do IVC, receberão pontuação de acordo com a natureza da falta.

§ 1º - Em todos os casos, a pontuação prescreve após dois anos da data de sua aplicação.

§ 2º - No caso de editor, a pontuação é aplicada tão somente ao veículo que cometer a infração.

§ 3º - No caso de Editores, a comunicação sobre pontuações aplicadas pelo IVC, incluindo os motivos, será dirigida preferencialmente para o responsável pela área de Circulação e para mais um responsável, podendo ser o Presidente, Superintendente ou Diretor, de forma que a empresa fique devidamente ciente da ocorrência.

Art. 85 - As faltas cometidas e suas respectivas pontuações serão classificadas conforme tabela que se segue:

FALTAS	PONTOS
<p><u>LEVES:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Atrasos nas IJE's. - Reincidência no atraso das IJE's. 	0,5 a 1
<p><u>MODERADAS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Problemas de divulgação. - Discrepância nas IJE's (a maior que o limite de 4%). 	3
<p><u>GRAVES:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Questões éticas. - Denúncias vazias. 	6
<p><u>GRAVÍSSIMAS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Impedir ou restringir o trabalho de auditoria do IVC. - Violar qualquer convênio firmado com o IVC. - Cometer ato que a Diretoria Executiva considere prejudicial aos interesses do Instituto. - Agir, comprovadamente, com dolo ou má-fé. - Divulgar atos e decisões da Diretoria Executiva ou das Assembléias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, que são privativas dos filiados. - Tornar pública qualquer comunicação ou correspondência trocada entre o IVC e um filiado, sem autorização. 	12

§ 1º - A reincidência no atraso da entrega da IJE poderá receber o dobro de pontos, em relação à primeira pontuação, a critério da Diretoria Executiva, e a IJE será divulgada com a expressão "Entregue ao IVC fora do prazo", em destaque.

§ 2º - Fatos que evidenciem dificuldades no entendimento da classificação da falta e casos omissos serão apreciados e decididos pela Diretoria Executiva.

§ 3º - O filiado que cometer falta gravíssima poderá ser excluído do IVC por decisão da Diretoria Executiva, nos termos destas Normas Técnicas e dos Estatutos Sociais do IVC.

§ 4º - As publicações com auditorias a maior que o limite de 4%, nos termos do **art. 76**, receberão as seguintes pontuações:

- De 4,01% até 10%: 3 pontos.
- De 10,01% até 20%: 4 pontos.
- De 20,01% até 40%: 5 pontos.
- Mais de 40%: 6 pontos.

Art. 86 - Aos filiados faltosos serão aplicadas penalidades de acordo com a seguinte tabela:

FALTAS	PENALIDADES	PONTOS
LEVES.	Avisos por escrito.	0,5 a 4,5
MODERADAS.	Advertência por escrito.	5 a 7,5
GRAVES.	Suspensão por 90 dias.	8 a 12,5
GRAVÍSSIMAS.	Exclusão por 1 ano.	13

§ 1º - A pena de suspensão por 90 dias corridos, contados da data de recebimento de sua aplicação, será aplicada às seguintes categorias de associados ao IVC: Anunciantes, Agências de Propaganda e Assinantes.

§ 2º - Em se tratando de Editores, ou seja da publicação admitida sob a responsabilidade dos mesmos, a pena de suspensão, observado o disposto no **parágrafo anterior desse artigo**, no que for aplicável, e considerada a periodicidade da publicação na ocasião da infração, será aplicada da seguinte forma:

- . publicação com periodicidade mensal ou inferior, terá suspensão vigorando pelo período de 3 (três) IJE's;
- . publicação bimestral, terá suspensão vigorando pelo período de 2 (duas) IJE's;
- . publicação com periodicidade trimestral, ou superior, terá suspensão vigorando pelo período de 1 (uma) IJE.

§ 3º - No caso de edições eletrônicas, a pena de suspensão será aplicada observado o disposto nos **parágrafos 1º e 2º deste artigo**, no que couber.

§ 4º - Serão suspensas as publicações que circularam no período e acumularam duas IJEs sem entregar ao IVC. Nestes casos, a suspensão atenderá aos termos dos parágrafos §1º e §2º deste artigo e será prorrogada até a regularização das entregas que estavam atrasadas.

Art. 87 - Constatadas irregularidades que impliquem punições, o Diretor Geral aplicará pontuação e dará ciência imediata do fato ao filiado, informado-lhe a pontuação aplicada, bem como o total acumulado de pontos e solicitando para que abandone a prática que gerou a infração. A partir desta data, caso o infrator mantenha a prática da irregularidade, o IVC poderá tomar decisões sobre novas punições, com um mínimo de cinco votos, de competência:

- . do Presidente ou, na sua ausência, do Vice-Presidente;
- . do Diretor de Normas Técnicas ou, na sua ausência, do Diretor de Assuntos Jurídicos;
- . de três outros Diretores indicados pelo Presidente ou, na sua ausência, através das indicações de um dos diretores anteriormente mencionados.

Art. 88 - Tratando-se, contudo, de punições de extrema gravidade, os Diretores anteriormente mencionados poderão optar pela solicitação de uma reunião extraordinária da Diretoria Executiva, para decidir o assunto.

Art. 89 - O Filiado que for excluído do IVC, ao ser readmitido, terá sua pontuação anterior zerada.

CAPÍTULO 17: Disposições Gerais

Art. 90 - Para efeito de análise e pesquisa, das publicações admitidas no IVC, os editores deverão, obrigatoriamente, entregar ao IVC um exemplar de cada edição.

Art. 91 - As decisões sobre Normas Técnicas de verificação da International Federation of Audit Bureaux of Circulations só poderão ser integradas neste documento, depois de aprovadas pela Diretoria Executiva.

Art. 92 - A Diretoria Executiva poderá a qualquer momento, alterar parcial ou totalmente as disposições destas Normas Técnicas, bem como decidir sobre exceções das mesmas e julgar casos omissos.

§ Único - As alterações serão integradas às presentes Normas Técnicas de acordo com prazo fixado

pela Diretoria Executiva.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2009.

Avisos Importantes:

- A marca IVC está devidamente registrada no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial e é de uso restrito por Lei.
- As informações contidas nestas Normas e a Marca pertencem ao IVC e são de uso exclusivo deste Instituto e das empresas filiadas a ele. Dentro das condições adequadas e pré-estabelecidas pelo IVC, também é permitido o acesso à este documento, pelas empresas que se encontram em processo de filiação e que necessitam obter as informações necessárias para tal finalidade.
- Em decorrência, fora das condições aqui previstas, é expressamente proibido qualquer processo de cópia, reprodução, uso, divulgação e/ou distribuição do conteúdo destas Normas, e/ou da Marca IVC, por terceiros sem autorização.